

DISCURSO DO REITOR JADER NUNES DE OLIVEIRA

Quero inicialmente congratular-me com o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, através de seu Presidente, Prof. José Edison Corrêa, pela realização desse I Congresso Brasileiro de Extensão Universitária e também parabenizar a nossa Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, em nome da Pró-Reitora Lúcia Guerra, pela organização desse importante evento, destacar que é uma honra para a UFPB sediar este Congresso e dar as boas vindas a todos os participantes que nos prestigiam com sua presença.

Educação tornou-se exigência do mundo contemporâneo e condição de cidadania. Ela não pode ser entendida somente na perspectiva de mercado. Deve especialmente ser vista como exigência de inserção do indivíduo na comunidade e de torná-lo capaz de perceber-se no mundo, compreendê-lo para melhor situar-se e nele atuar na perspectiva de transformá-lo.

A Universidade é um espaço de aquisição de conhecimentos, saberes e técnicas. É uma oportunidade de estruturação de valores. É o lugar por excelência do culto à liberdade, da tolerância, do direito à diferença. Ela constitui um núcleo de formação do tecido social. Um locus de desenvolvimento da sociedade do conhecimento, mas também de proteção ao meio ambiente, ao bem-estar individual e coletivo e à solidariedade humana.

Para além da produção do conhecimento e da formação de recursos humanos especializados, a Universidade não pode abdicar de seu papel de instância crítica da sociedade, nem se omitir em sua missão institucional de contribuir para o exercício consciente da cidadania, da preservação da identidade cultural do nosso povo e da melhoria da qualidade de vida da grande maioria de nossa população, engajando-se efetivamente na luta contra a exclusão social e pela eliminação das desigualdades regionais.

Este é o espaço privilegiado de atuação acadêmica da extensão nas múltiplas dimensões que referenciam os programas de ação comunitária, de apoio aos movimentos sociais, de inserção nas atividades artísticas e culturais, de integração com os municípios etc... etc... etc...

Nenhum de nós desconhece as dificuldades de fazer com que essa concepção seja uma prática cotidiana em nossas instituições.

Embora o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão esteja contemplado no texto constitucional, não é exagero afirmar que, em várias universidades brasileiras, este princípio é ainda um ideal que vem sendo perseguido pela comunidade acadêmica. Mais ainda: em alguns contextos ele não passa de uma frase vazia de conteúdo real.

O ensino sempre foi uma atividade presente em todas as I.E.S., desde sua origem. Sua vinculação com a pesquisa tornou-se uma exigência importante que se associou ao paradigma de universidade moderna. No Brasil, entretanto, sua abrangência atingiu mais fortemente as áreas vinculadas à pós-graduação, ainda

que um segmento significativo de bolsistas de graduação - notadamente de iniciação científica – a ela se incorporem.

Já a extensão, mesmo com a sua importante função de levar à sociedade o conhecimento produzido, sistematizado e transmitido no âmbito da universidade, em muitos casos, tem se constituído um apêndice do ensino e da pesquisa, na disseminação do conhecimento que as universidades são depositárias.

Felizmente não é esta a realidade da UFPB onde, não obstante as severas restrições orçamentárias que nos são impostas, há muito tempo a extensão deixou de ser uma atividade adjetiva na relação com o ensino e a pesquisa, para assumir plenamente sua vocação, sem a qual a universidade torna-se cativa de sua dinâmica interna.

A Universidade pública brasileira para cumprir plenamente sua função no desenvolvimento econômico e social do país, contribuindo com a formação da cidadania e a construção de uma nação com justiça social, tem que tornar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão um tripé equilibrado de sustentação de seu amplo campo de atividades. Caso contrário, elitiza-se, rompendo seu compromisso social com a população que a mantém.

A qualidade acadêmica é, hoje, o pressuposto de qualquer atividade digna desse nome, mas não basta. A qualidade pressupõe a relevância social de suas atividades em qualquer campo do saber. A qualidade e a relevância social somente rompem os muros da universidade através de um terceiro atributo essencial: a equidade, ou seja, a capacidade de transferir efetivamente aos setores mais amplos da sociedade os frutos da atividade acadêmica. Ou seja, o nosso desafio é fazer com que a qualidade acadêmica, a relevância social e a equidade possam coexistir equilibradamente.

Considero que este desafio só será vencido quando lograrmos conseguir uma política educacional que contemple a verdadeira dimensão da extensão universitária, com programas claramente estabelecidos e recursos orçamentários objetivamente definidos.

Ou, mais precisamente, quando tivermos na educação superior pública um efetivo instrumento de transformação da sociedade.

Atualmente no Brasil, o maior impasse da Universidade lhe é imposto de fora para dentro: a produção do conhecimento através da pesquisa esbarra na inserção dependente e subalterna do país no cenário internacional e a formação de recursos humanos se choca com um modelo econômico que adotou o desemprego como uma componente estrutural e não apenas como um fator conjuntural.

Dos quase 100 milhões de habitantes que formam a nossa população economicamente ativa, menos de 30 milhões têm carteira de trabalho assinada, com cerca de 10 milhões sendo demitidos a cada ano. A taxa de demissão, da ordem de 35%, é incomparável com a da quase totalidade dos países.

As justificativas apresentadas são muitas:

- todo o mundo está enfrentando o problema do desemprego;
- é a crise internacional, não tem jeito;
- temos que defender a estabilidade econômica;
- para isto é necessário o sacrifício de todos.

Esse sacrifício, que não é de todos, significa milhares e milhares de pessoas jogadas na miséria em nome da estabilidade monetária.

E a sociedade, prisioneira do círculo de giz da racionalidade econômica, aceita e justifica o desemprego como algo necessário e natural.

É preciso romper essa lógica. A sociedade precisa reagir a essa barbárie.

Esse quadro nos remete a outra conclusão: a elaboração de um modelo de universidade não está dissociado de um projeto de Nação. Esse é o nosso maior desafio.

Mas hoje um novo cenário político desenha-se para o país. É nessa perspectiva que precisa ser consolidada a extensão cidadã. Uma extensão que não se confunde com o assistencialismo nem se restringe à prestação de serviços.

É importante, contudo, destacar que a integração da universidade com o setor produtivo é uma exigência do mundo contemporâneo. A universidade moderna não pode ficar segregada em um gueto acadêmico. Mas essa inserção não deve transformá-la em um balcão de negócios.

Por outro lado, é importante compreendermos que não cabe à universidade substituir as ações de governo. O seu papel consiste em formular alternativas cientificamente embasadas e tecnicamente viáveis, que permitam aos governantes definir políticas públicas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população.

Entretanto, é forçoso reconhecer que nesses últimos 8 anos nossas universidades não foram institucionalmente convocadas para debater os grandes problemas nacionais, como o da energia, para citar um exemplo mais recente. Convém não confundir essa exclusão com iniciativas isoladas em que alguns iluminados eram individualmente convidados para oferecer suas sugestões.

Finalizo, com a convicção de que este I Congresso Brasileiro de Extensão Universitária aprofundará essa discussão e a enriquecerá com muitas outras dimensões não contempladas nesse pronunciamento, que é apenas uma manifestação protocolar do Reitor. Aqui, certamente serão apresentadas e debatidas propostas de especialistas e estudiosos do assunto, que resultarão em uma valiosa contribuição para referenciar o papel estratégico de nossas universidades no processo de desenvolvimento nacional.

